

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 30/05/2019	Coluna: Economia



GUEDES DIZ QUE VAI CONSEGUIR ACORDO SOBRE A PREVIDÊNCIA



30 Maio, 2019

Após reunião com integrantes do PP, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou estar confiante que será possível atingir um “meio termo” para aprovar a reforma da Previdência. “A influência decisiva dessas lideranças construtivas vai nos ajudar a superar o desafio da Previdência. Estamos confiantes que vamos atingir um meio termo, um objetivo comum e que vai ser muito bom para o Brasil”, disse Guedes. O líder do PP na Câmara, o deputado Arthur Lira, disse reconhecer a necessidade da reforma, mas pede alterações. “O mais pobre não tem que ter o ônus de fazer essa reestruturação. Os mais bem remunerados que tem que contribuir. Não será o trabalhador rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que terá que arcar com o ônus da reforma”, declarou.

Veículo: G1	
Data: 30/05/2019	Caderno: Economia



Contas públicas no vermelho: Brasil vive incerteza sobre sucesso do ajuste fiscal

Dificuldade do governo em resolver crise fiscal deixa economia em compasso de espera, retardando a chegada de novos investimentos.

Por Luiz Guilherme Gerbelli, G1

30/05/2019 09h03 Atualizado há uma hora

A crise fiscal está amarrando a economia brasileira. Com orçamento do governo federal e de boa parte de Estados e municípios no vermelho, o país precisa concretizar um duro ajuste das contas públicas para conseguir estancar o aumento do seu endividamento e destravar investimentos públicos e privados.

- **Entenda o círculo vicioso do baixo crescimento do país**
O controle das contas públicas se tornou um ponto fundamental para garantir a confiança de investidores no Brasil. A trajetória da dívida bruta é analisada de perto pelas principais agências de classificação de risco. Em 2015, já com os primeiros sinais de piora, o Brasil perdeu o chamado grau de investimento, uma espécie de selo de bom pagador e que garante a chegada de novos e bons investimentos.



Ministro da Economia, Paulo Guedes, participa de debate na Câmara dos Deputados — Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados

O ministro da Economia, Paulo Guedes, aposta, sobretudo, na aprovação da reforma da Previdência para resolver a maior parte do problema fiscal - a proposta prevê uma economia de R\$ 1,2 trilhão em 10 anos. No entanto,

segundo analistas ouvidos pelo G1, o governo está demorando demais para conseguir colocar a reforma de pé. Quando a proposta foi apresentada, a equipe econômica esperava que a aprovação ocorresse ainda neste primeiro semestre, mas o debate ainda está na comissão especial da Câmara dos Deputados.

- **Reforma da Previdência: entenda a proposta ponto a ponto**

"Eu diria que a tendência é que reformas importantes para a economia ainda avancem, mas em ritmo mais lento", diz o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale.

Para este ano, o governo trabalha com uma meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões. Será o sexto ano seguido de rombo nas contas públicas – desde 2014, o país não registra **superávit primário**, ou seja, não sobra dinheiro, depois de pagar as despesas, para pagar os juros da dívida do governo.

"O resultado primário vai demorar para ficar positivo", diz o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto. "A nossa projeção indica que um superávit só deve ocorrer em 2026", afirma Salto. A dívida bruta também vai subir e deve chegar a quase 80% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

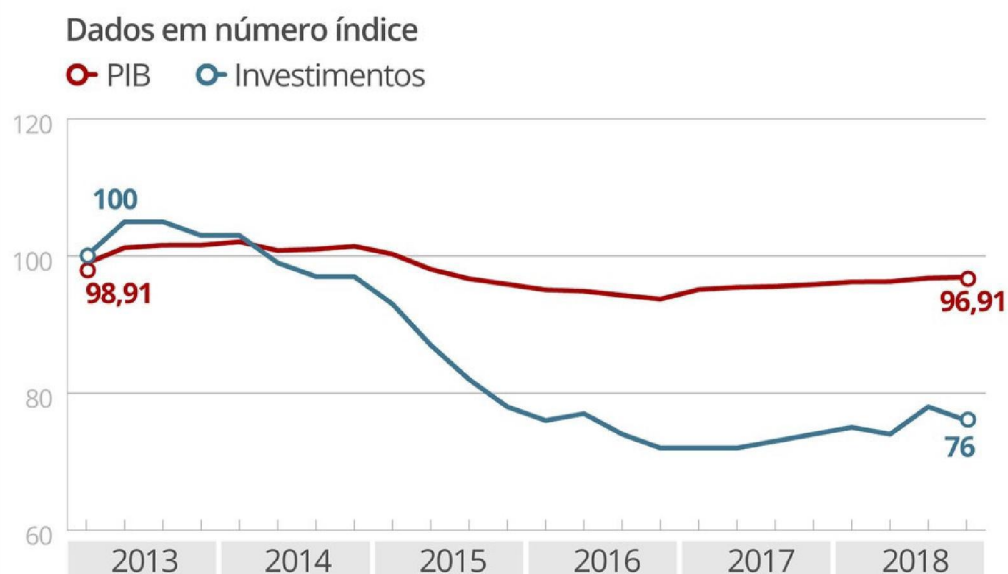
Um levantamento do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) revela como esse quadro de pouca previsibilidade está predominando na economia brasileira. Em abril, o Indicador de Incerteza da Economia apurado pelo instituto chegou ao maior patamar desde setembro do ano passado.

"A incerteza em alta pode ser mais um fator de redução do crescimento", diz o superintendente de estatísticas públicas do Ibre/FGV, Aloisio Campelo. O quadro de elevada incerteza afeta sobretudo os investimentos.

Fragilizados, eles são considerados fundamentais para que a economia retome um crescimento vigoroso. Entre 2014 e 2016, no auge da crise econômica, os investimentos despencaram 30%, mostra um levantamento do banco UBS. De lá até o fim do ano passado, subiram só 6%.

Incerteza em alta

Investimentos não voltam, e economia brasileira não consegue deslanchar



Fonte: Banco UBS



Infográfico elaborado em: 22/05/2019

Incerteza em alta — Foto: Roberta Jaworski/Arte G1

"Há uma grande incerteza com a economia brasileira desde 2014 porque o país não adotou as medidas necessárias para estabilizar a trajetória da política fiscal", diz o economista-chefe do banco UBS e ex-diretor do Banco Central, Tony Volpon. "Se não fizer nada, o país quebra e contrataremos uma crise em algum momento futuro."

30/05/2019 - 05:00

O Rio entre a crise e os incentivos fiscais

Por Francisco Góes



O centro do Rio, com sua geografia característica de ruelas e casarões, enfrenta um esvaziamento econômico marcado pelo fechamento de lojas e de estabelecimentos comerciais. Há quem considere que, mais recentemente, esse processo se aprofundou. "Trabalho no centro há 25 anos e nunca vi nada igual", diz o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio (OAB-RJ), Luciano Bandeira, cujo escritório particular fica na Praça XV, um dos principais pontos turísticos e culturais da cidade. Bandeira vê a decadência da região como um sinal da fraqueza econômica vivida não só pela capital fluminense, mas pelo Estado do Rio de Janeiro como um todo.

Em crise financeira, o Rio aderiu, em 2017, ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que lhe permite deixar de pagar a dívida com a União por três anos, sendo que o acordo deve ser renovado até 2023. Endividamento excessivo, gastos com pessoal também elevados, déficit no sistema previdenciário próprio e descontrole e falta de transparência na concessão de benefícios fiscais são as causas que levaram o Rio ao "descalabro".

O deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) diz que há duas maneiras de levar o Estado à bancarrota: má gestão e corrupção. O Rio experimentou desses dois elementos. Luiz Paulo afirma que o sistema de benefícios fiscais do Rio é responsável, em parte, pela crise enfrentada pelo Estado.

Alerj aprovou lei que revisa concessão de benefícios fiscais

Ele é autor de um projeto de lei aprovado neste mês pela Assembleia Legislativa do Estado (Alerj) que busca tornar mais transparente as informações sobre benefícios fiscais concedidos às empresas. O projeto, que tem 90 dias para ser sancionado pelo governador Wilson Witzel (PSC), fixa metas orçamentárias anuais para avaliação dos programas de incentivos fiscais e financeiros no Estado do Rio. Os benefícios terão que ser mais bem acompanhados em termos de geração de renda e emprego. O projeto também concentra todas as responsabilidades sobre o tema na Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). Hoje essa responsabilidade é diluída em vários órgãos da administração estadual, o que torna difícil o acompanhamento dos incentivos.

O problema é antigo. O Rio tem programas de incentivo fiscal que vêm sendo usados por sucessivos governos há anos, mas a concessão desses benefícios ganhou ainda mais relevância nas administrações do ex-governador Sérgio Cabral e de seu sucessor, Luiz Fernando Pezão, ambos presos. Cabral admitiu em recente depoimento à Lava-Jato do Rio ter recebido propina de pelo menos uma grande empresa em troca de benefícios fiscais e outras vantagens. Em 2017, o Rio concedeu R\$ 10,2 bilhões em benefícios fiscais, número que caiu para R\$ 7,3 bilhões em 2018, segundo Luiz Paulo. Ele diz estranhar esses números pois não houve um corte nos benefícios para chegar a essa redução. O questionamento evidencia outro problema, que é a falta de credibilidade na metodologia empregada hoje para se apurar os valores da renúncia fiscal efetiva.

A situação chega a tal ponto que até o secretário da Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, desconfia dos números. Carvalho completou cinco meses à frente da pasta e está empenhado em fazer uma revisão ampla da política de incentivos fiscais. Ele avalia que é preciso que a sociedade saiba qual é o custo do benefício. Reduzir carga tributária para

um setor ou empresa exige, em contrapartida, aumento de imposto em outro lugar ou redução da prestação de serviços para a sociedade. Na crise fiscal atual, o Rio, capital, e o Estado estão à míngua. Na cidade do Rio, a percepção geral dos cariocas é de abandono e de falta de manutenção adequada.

Carvalho diz que adotou uma metodologia de avaliação dos benefícios fiscais aplicada no Espírito Santo que permitirá fazer um acompanhamento "efetivo" dos benefícios concedidos. A perspectiva do secretário é que a nova lei aprovada na Alerj e a reavaliação em curso pela Sefaz permitam ao Rio chegar a uma realidade de benefícios fiscais mais "corretamente concedidos".

Ele diz não ser contra a política de benefícios, mas admite que não gosta. Está provado que a concessão de benefícios estimula a guerra fiscal entre diferentes Estados ou mesmo entre municípios de um mesmo Estado. Se um Estado quer atrair uma indústria, reduz a carga tributária; a empresa se estabelece e o ente federado tem a curto prazo um ganho de arrecadação. O problema, diz Carvalho, é que o benefício "erode" a massa global de ICMS ou do imposto que for e gera uma reação de quem se sentiu prejudicado, que vai dar outro benefício, incentivando a guerra fiscal. "Ninguém ganha, só o setor beneficiado", diz Carvalho.

Hoje o Rio está preocupado, por exemplo, com a guerra fiscal que envolve o querosene de aviação (QAV). Considera enfrentar concorrência desleal de Estados, como o Ceará, que reduziram ou querem reduzir ou isentar o QAV de ICMS, o que tira voos do Rio. Mas a guerra fiscal passa também pela concessão de benefícios financeiros para atração de investimentos, caso do diferimento de ICMS, que foi muito praticado pelo Rio para atrair empresas da indústria automobilística. Para Carvalho, antes de reduzir imposto, Estados e União precisam dar segurança jurídica aos investidores, garantir segurança pública, infraestrutura e contribuir para a oferta de mão de obra qualificada.

Apesar de todos os problemas, o promotor Vinicius Cavalleiro, do Ministério Público do Estado do Rio (MPRJ), considera que é possível enxergar uma luz no fim do túnel. Ele reconhece que a retomada econômica do Rio vai depender da recuperação da economia brasileira, mas há um dever de casa que o Rio pode e deve fazer. Para ele, o Rio precisa focar no fortalecimento da "musculatura" do Estado para que possa sair da crise a curto e médio prazos. Diz que é preciso investir mais em tecnologia da informação (TI) para fazer o acompanhamento de todo o ciclo tributário, incluindo o combate à sonegação, e que é sim importante fazer a revisão dos incentivos fiscais. Há estimativas de que juntos - os incentivos e a sonegação - representam cerca da metade da arrecadação de ICMS do Estado do Rio. Cavalleiro diz que dados da Sefaz indicam uma renúncia fiscal efetiva de R\$ 10,2 bilhões em 2017, acima das despesas autorizadas para educação e saúde na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Frente a tamanhas dificuldades, Luciano Bandeira, o presidente da OAB-RJ, vem pensando em saídas para o Rio, saídas essas que não incluam uma passagem só de ida via aeroporto do Galeão.

Francisco Góes é chefe da sucursal do Rio. O titular da coluna, Ribamar Oliveira, está em férias.

E-mail: francisco.goes@valor.com.br

30/05/2019 - 05:00

Fazenda paulista notificará microempreendedores

Por **Adriana Aguiar**

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) notificará, a partir de hoje, 201 microempreendedores individuais (MEIs) que ultrapassaram o faturamento anual de R\$ 81 mil, limite da categoria. Os contribuintes serão chamados para resolver, de forma voluntária, irregularidades identificadas, com base nos programas Concorrência Leal e Nos Conformes, iniciados no ano passado.

A operação chamada pela Secretaria da Fazenda de "MEI.com" tem por objetivo combater a sonegação fiscal no comércio eletrônico. A partir do cruzamento de dados obrigatórios enviados por sites de compra on-line - como Mercado Livre, PagSeguro, Submarino, Americanas.com e Amazon -, a fiscalização identificou que os valores das operações comerciais entre 2015 e 2019 desses microempreendedores superaram em 20% ou mais o limite estabelecido por lei.

A apuração do Fisco paulista aponta que os valores de operações no período ultrapassam R\$ 82 milhões, podendo alcançar prejuízo aos cofres públicos de aproximadamente R\$ 14 milhões - com base na alíquota de 18% de ICMS.

De acordo com Vanessa Marques Batista, supervisora fiscal do Simples Nacional, essa iniciativa "visa, principalmente, proteger os pequenos contribuintes que seguem a legislação e que de certa maneira são prejudicados por uma minoria". Atualmente há cerca de 1 milhão de MEIs no Estado de São Paulo.

Para Vanessa, essa é uma boa oportunidade para contribuintes de boa-fé, que ultrapassaram o limite aceito de faturamento, se autorregularizem sem sofrer penalidades como o desenquadramento, autuações que podem chegar a 225% e mesmo a cassação da empresa.

A partir do recebimento da comunicação, o contribuinte terá um prazo de 30 dias para corrigir as irregularidades, justificar ou apresentar os documentos. Se a empresa reconhecer que os valores detectados são devidos, o empresário individual, além de pagar os tributos com juros, deverá se desenquadrar da sistemática do MEI e passar a recolher os tributos pelo Simples Nacional, cujo limite anual de faturamento é de R\$ 3,6 milhões.

O microempreendedor individual recolhe tributos de forma simplificada, é isento dos impostos federais e paga apenas R\$ 1 de ICMS (nos casos de comércio e indústria), além de ser dispensado da emissão de documento fiscal e outras obrigações tributárias.

Se o contribuinte não se manifestar ou tiver a alegação negada, será iniciada a fase de fiscalização, com a adoção das medidas punitivas cabíveis e cobrança do imposto devido.

Ao cruzar as informações, a Secretaria da Fazenda também detectou que alguns desses contribuintes comercializaram mercadorias roubadas, contrabandeadas, falsificadas ou fruto de descaminho. Segundo Vanessa Batista, esses casos vão cair na malha fina da fiscalização e, se ficar comprovado, deve haver a comunicação aos órgãos competentes, como a Receita Federal ou a Polícia Federal, para que deem prosseguimento a essas investigações.

Essa é a terceira etapa do programa Concorrência Leal. Nas duas anteriores, a fiscalização teve como alvo as empresas do Simples Nacional que tiveram faturamento acima dos R\$ 3,6 milhões, detectados por notas fiscais e operações realizadas por cartões de créditos.

A primeira rodada alcançou 700 contribuintes. Cerca de 10% optaram pela regularização, de acordo com Vanessa, e alguns autos de infração já foram lavrados. Um deles de cerca de R\$ 10 milhões para um único contribuinte.

A fiscalização, acrescenta a supervisora fiscal, será constante e novos microempreendedores individuais e contribuintes do Simples ainda poderão ser informados sobre irregularidades.

30/05/2019 - 05:00

PGFN poderá suspender cobrança acima de R\$ 1 milhão

Por **Beatriz Olivon**

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) poderá suspender execuções fiscais de débitos considerados irrecuperáveis ou com baixa possibilidade de recuperação. A medida, prevista na Portaria PGFN nº 520, publicada ontem, vale para qualquer valor. Até então, só era possível para dívidas de montante igual ou inferior a R\$ 1 milhão.

A possibilidade de suspensão atinge boa parte da dívida ativa. De acordo com a PGFN, dos R\$ 2,2 trilhões que compõem o estoque, cerca de R\$ 1,4 trilhão envolve créditos considerados de difícil recuperação ou irrecuperáveis. Essas execuções fiscais, porém, seguem no Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos (RDCC), sujeitas às atividades de monitoramento patrimonial, investigação fiscal e combate à fraude fiscal estruturada.

A norma altera a Portaria PGFN nº 396, de 2016, que regulamentou o RDCC. Mais especificamente o artigo 20, que previa apenas o teto de R\$ 1 milhão. Pelo novo texto do dispositivo, "serão suspensas, nos termos do artigo 40, caput, da Lei nº 6.830, de 1980, as execuções fiscais cujo valor consolidado seja igual ou inferior a um milhão de reais ou cujos débitos sejam considerados irrecuperáveis ou de baixa perspectiva de recuperação, desde que não constem dos autos informações de bens e direitos úteis à satisfação, integral ou parcial, do crédito executado".

A suspensão, alerta a PGFN, não significa perdão de dívida. "Nas hipóteses de créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação, a portaria não prevê a baixa ou perdão das dívidas, mas a suspensão do processo de execução fiscal e a inclusão do devedor no Regime Diferenciado de Cobrança de Créditos (RDCC)", afirma a PGFN por meio de nota enviada ao **Valor**.

Caso seja identificada alteração na situação patrimonial, dissolução irregular ou esvaziamento patrimonial fraudulento, esses processos serão objeto de pedido de penhora de bens ou de reconhecimento de responsabilidade tributária, conforme o caso, e terão o curso retomado, segundo a PGFN. Também podem ser aplicados a esses devedores procedimentos de cobrança extrajudicial, como o protesto de certidão da dívida ativa (CDA) e o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade (PARR).

No texto, a PGFN acrescenta que a execução fiscal, em caso de devedor sem patrimônio - que são classificados nos ratings C e D - não seria meio de cobrança efetivo. O que tem levado o Judiciário a arquivar essas cobranças, de acordo com o órgão. A procuradoria cita entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso repetitivo nesse sentido. Os critérios de classificação de créditos inscritos em dívida ativa estão previstos na Portaria Ministerial nº 293, de 2017.

De acordo com o tributarista Breno de Paula, apesar da previsão, a portaria não explica o que é débito irrecuperável. O texto, acrescenta, trata de grandes devedores, que terão execuções suspensas e poderão ser extintas. O advogado também destaca a baixa recuperação dos créditos inscritos na dívida ativa. "A administração tributária tem que ser mais rigorosa e eficiente para cobrar dos ricos tal como se faz com os pobres", afirma.



Advogado Breno de Paula: portaria publicada pela Fazenda Nacional não explica o que é débito irrecuperável

Para o advogado Roberto Duque Estrada, a medida é positiva por permitir que a União invista tempo em débitos com maior chance de recuperação. Ele destaca que a execução fiscal não acaba. Não é perdão mas, na prática, o advogado acredita que abaixo de R\$ 1 milhão não será dada tanta importância. "Dá liberdade maior para a procuradoria concentrar esforços e o Judiciário não ficar citando quem não precisa", diz.

30/05/2019 - 05:00

Regra de ouro deixa governo totalmente na mão do Congresso

Por **Fabio Graner**

Apesar da confusão de números tumultuar a negociação com o Congresso em torno da regra de ouro das contas públicas, o real problema para o governo nesse tema é outro: a vinculação direta das despesas com a emissão de títulos. A armadilha que dá maior poder de negociação para os parlamentares foi armada no Orçamento aprovado em 2018, antes da posse do presidente Jair Bolsonaro, que precisa lidar com uma situação "embananada" que, se não for resolvida, o coloca na rota do crime de responsabilidade.

Na lei orçamentária, está definido que o pagamento de despesas como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), parte da Previdência e Plano Safra está vinculado à aprovação do crédito extraordinário de R\$ 248 bilhões. Este era o déficit que o governo de então estimava para este ano.

Da maneira que foi redigido o texto final do Orçamento, mesmo com um déficit menor (ou até um superávit), contudo, o governo depende de deputados e senadores autorizarem o pagamento dessas despesas, pois esses gastos ficaram diretamente atrelados à fonte orçamentária "emissão de dívida".

Assim, à exceção do cenário em que o valor total pedido inicialmente de R\$ 248 bilhões de crédito seja aprovado (o que parece improvável neste momento), a equipe econômica precisa arrancar do Congresso uma outra autorização para desvincular as despesas da autorização a ser dada pelo Congresso. Isso independe do valor que for liberado, sejam os R\$ 146,7 bilhões pedidos pelo governo ontem, sejam os R\$ 70 bilhões mencionados pelo relator da matéria, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), ou outro número que venha a surgir.

Como indicou o secretário Mansueto Almeida, essa desvinculação deve ser feita em outros projetos que estão tramitando, e abordam especificamente o Orçamento. Em outras palavras, a aprovação de um crédito menor pode até dar fôlego de alguns meses para o governo pagar despesas que atingem diretamente a população, especialmente a mais pobre, que seriam interrompidas a partir de julho. Mas sozinho não resolve. A alternativa à desvinculação é aprovar outro crédito para completar os R\$ 246 bilhões definidos no Orçamento.

A confusão que o governo faz com as estimativas em torno do déficit da regra de ouro também não ajuda nas negociações, facilitando a vida de quem quer dificultar as coisas para Bolsonaro. Na semana passada o governo divulgou o relatório bimestral de receitas e despesas, que é enviado ao Congresso, e projetou déficit de R\$ 110 bilhões na regra de ouro. Apenas uma semana depois, o valor saltou para R\$ 146,7 bilhões.

O argumento é que foram atualizadas premissas e utilizado um cenário de maior risco, no qual se trabalha com números menores de receitas de um lado e de investimentos de outro, que são partes da equação do dispositivo constitucional. Mas a nova projeção ainda não considera, por exemplo, o retorno de R\$ 100 bilhões a mais do BNDES, que já foi oficialmente solicitado pela equipe econômica.

É verdade que, a despeito de seu conceito intuitivo (governo só pode se endividar para fazer investimento), a apuração da regra de ouro é extremamente complicada. Por isso, faz sentido o governo ser mais conservador em suas premissas. Por exemplo, não se sabe qual será a arrecadação de PIS/Pasep, que afeta a receita de um lado, mas, de outro, a despesa de capital, pois afeta a necessidade de aporte no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A inflação também pode ter oscilações mais fortes, alterando a amortização de dívida.

Então, a postura prudencial tem lógica, mas a equipe econômica precisa ser mais precisa e clara com suas projeções e análises, para tornar a discussão não só mais objetiva, mas também menos sujeita ao aproveitamento desse tipo de falha por interesses políticos.

30/05/2019 - 05:00

Saúde e Educação lideram 'empoçamento' de gastos

Por **Fabio Graner e Ana Krüger**

Em meio a um quadro apertado pelo pesado corte de gastos, os ministérios também têm dificuldade para gastar as verbas já autorizadas. O chamado "empoçamento" de despesas somou de janeiro a abril R\$ 14,6 bilhões. Mais da metade disso foi concentrado em três pastas: Saúde, Defesa e Educação, esta última, vale lembrar, foi alvo de protestos por causa dos cortes nos limites autorizados para as universidades em 2019.

Segundo o Tesouro, o governo central acumulou de janeiro a abril resultado primário 40% melhor que o verificado em igual período do ano passado. No primeiro quadrimestre, o saldo negativo das contas federais (Tesouro, BC e Previdência) foi de R\$ 2,7 bilhões, apesar de em abril o tradicional superávit primário do mês ter sido um dos mais baixos da série: R\$ 6,5 bilhões. Em abril de 2018, o saldo positivo foi de R\$ 8,7 bilhões.

De acordo com o secretário Mansueto Almeida, o resultado primário foi melhor neste primeiro terço do ano devido à queda real de 0,8% nas despesas totais. "Isso ocorreu em grande medida por conta do empoçamento."

Os números do Tesouro mostram que o maior volume de dinheiro liberado, mas não gasto está no Ministério da Saúde, com R\$ 3,957 bilhões parados. Segundo o secretário, tradicionalmente essa área tem maior dificuldade de executar seu orçamento total por causa do excesso de vinculações de despesas a determinadas fontes de receitas ou por obrigações de execução em determinados programas, embora esse problema também afete outras áreas do governo. "É preciso discutir a questão do excesso de vinculações", disse o secretário.

O Ministério da Educação é outro que tinha dinheiro disponível, mas gastou menos que podia. Foram R\$ 2,1 bilhões que ficaram parados no primeiro quadrimestre do ano, sendo mais da metade em rubricas que poderiam ser utilizadas livremente (discricionárias).

Já o Ministério da Defesa deixou parados R\$ 2,2 bilhões.

Além do problema de engessamento orçamentário, Mansueto atribuiu o problema do empoçamento à organização de fluxo de pagamentos dos ministérios. Isso ocorre quando uma obra está em andamento e a pasta projeta que terá que executar pagamentos mais à frente, quando obras forem concluídas, deixando o dinheiro parado até esse momento.

Na entrevista do resultado do Tesouro, Mansueto voltou a pressionar pela necessidade de o país fazer uma reforma da Previdência. Ele apresentou os dados que mostram que essa conta continua pesando bastante para o resultado fiscal. De janeiro a abril, enquanto o Tesouro conseguiu economizar R\$ 63,1 bilhões, o pagamento de aposentadorias e pensões de trabalhadores do setor privado superou as receitas em R\$ 65,7 bilhões.

Além desse problema, o secretário também apontou a necessidade de se rever outra grande fonte de despesa: o gasto com pessoal. Ele explicou que essas duas rubricas de gastos obrigatórios estão comprimindo o espaço daquelas de livre direcionamento. "As despesas discricionárias chegarão neste ano ao menor valor da série histórica, iniciada em 2009", disse, acrescentando que há muito pouco espaço para ajustes adicionais nessa rubrica. "Se quisermos realmente cumprir o teto de gastos e fazer ajuste pelo lado da despesa, terá que mudar dinâmica da despesa obrigatória", afirma.



Mansueto: para cumprir teto é preciso mudar dinâmica da despesa obrigatória

Os dados do Tesouro mostram que o saldo negativo da regra de ouro das contas públicas (que veda ao governo se endividar para pagar gastos que não sejam investimentos) soma R\$ 110,2 bilhões. Segundo Otavio Ladeira, secretário-adjunto do órgão, a projeção de déficit de R\$ 146,7 bilhões para o cumprimento desse dispositivo é conservadora e foi feita para garantir que seja feito apenas um pedido de liberação de crédito.

Para Mansueto, o governo começará a ter problemas para pagar algumas despesas, caso crédito extraordinário à regra de ouro não seja aprovado até 15 de junho. O projeto que tramita no Congresso pede liberação de R\$ 248,9 bilhões. Se o valor for alterado para a projeção atual de R\$ 146,7 bilhões, explica Mansueto, será necessário alterar também os textos da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Outro grande problema fiscal desse ano é o cumprimento da meta de resultado primário, por causada falta de receitas, diz o secretário. "Seria importante nos próximos meses tentar reverter problemas de perda de receita", diz, explicando que há necessidade de receitas extras ou obtenção de espaço fiscal em outras despesas que possam não ser necessárias, como restos a pagar do subsídio do diesel, que somam R\$ 2,7 bilhões.



Economia E Mercado

IBGE anuncia crescimento negativo do PIB brasileiro no 1º trimestre, com queda de 0,2%



30 de Maio de 2019 às 09:19 Por: *Reprodução* Por: *Redação BNews* 0 comentários

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 0,2% no 1º trimestre, na comparação com o último trimestre do ano passado. A informação foi divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na manhã desta quinta-feira (30). O PIB do quarto trimestre de 2018 havia registrado alta de 0,1% na comparação com os 3 meses anteriores.

O Produto Interno Bruto consiste na soma de todos os bens e serviços produzidos no país, e serve para mensurar a maneira como a economia de um país evoluiu em determinado período. De acordo com o portal G1, esta é a primeira queda do índice desde o quarto trimestre de 2016.

O resultado está dentro do previsto pelo mercado, e confirma as análises que apontavam maior fraqueza da atividade econômica neste começo de 2019, e piora das expectativas em relação ao ritmo de recuperação da economia.

Ainda assim, o anúncio do PIB negativo para o período traz de volta o risco de o país voltar a recessão. O quadro é tecnicamente diagnosticado por dois trimestres seguidos de queda do PIB.

Veículo: Política Livre	
Data: 30/05/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

30 de maio de 2019, 10:04

PIB tem queda de 0,2% no 1º trimestre, diz IBGE

Foto: Werther Santana / Estadão



Foi a primeira retração na atividade econômica do País desde o quarto trimestre de 2016, quando o Brasil ainda estava em recessão

Em maio à incerteza política e econômica, o Brasil começou o ano com a economia em retração, com queda de 0,2% no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, na comparação com o quarto trimestre de 2018. Os dados foram divulgados na manhã desta quinta-feira, 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi a primeira retração na atividade econômica desde o quarto trimestre de 2016, quando a economia atingiu o fundo do poço, antes de sair da recessão, a partir do início de 2017, conforme definição do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), abrigado na Fundação Getúlio Vargas (FGV). A retração do PIB reforça a lentidão da recuperação da economia, ainda longe do nível de antes da recessão, iniciada no segundo trimestre de 2014. Em 2017 e 2018, o PIB avançou 1,1% em cada ano, insuficiente para recuperar o tombo de 8,1% no acumulado de 11 trimestres de recessão.

Estadão

Tribuna

Guedes diz que é preciso simplificar

Ao participar ontem, de seminário sobre produtividade e crescimento econômico, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que é possível ampliar a produtividade de um país e o crescimento da economia destravando e simplificando medidas. É o que mostra reportagem de Yara Aquino – Repórter da Agência Brasil Brasília

“É possível colocar uma economia para crescer 5,6% ao ano, três, cinco, sete anos seguidos simplesmente destravando tudo. Desregulamenta aqui, simplifica ali, reduz impostos”, disse o ministro, ao destacar que exemplos da iniciativa privada e de outros países também podem contribuir para o crescimento econômico: “Pega um método que já é usado em gestão no setor privado e adota no setor público também. Pega um método que já é usado numa empresa norte-americana e traz para o Brasil. Esse uso do conhecimento tácito, quando você desregulamenta, destrava,

simplifica, isso permite ao país dar uma arrancada que nem os agentes convencionais conseguem explicar direito”, disse.

Após participar do seminário, Guedes respondeu a perguntas de jornalistas sobre o projeto de crédito suplementar enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional no valor de R\$ 248,9 bilhões. Segundo Guedes, o fato de ontem (28) a equipe técnica do ministério ter sugerido um valor menor, de R\$ 146,7 bilhões “desorienta um pouco” e causou “embananamento”. O pedido de crédito suplementar é analisado pela Comissão Mista de Orçamento.

“A equipe técnica, quando resolveu mandar, viu que ela já tem origem para algo em torno de cento e poucos bilhões, então, em vez de pedir os R\$ 250 bilhões poderia pedir menos. Então o embananamento é esse. Tá todo mundo preparado para aprovar uma coisa, aí chega uma outra coisa. Aí dizem vem cá, vocês querem esse ou aquele, qual vocês querem?”, disse Guedes.

O crédito suplementar corresponde ao valor que o governo precisará captar no mercado, a partir da emissão de títulos, para saldar todas as despesas do ano. Nesse caso é preciso a aprovação do Congresso, por maioria absoluta de votos, porque o governo precisa do aval dos parlamentares para fazer operações de créditos que extrapolem o limite estabelecido pela chamada regra de ouro, prevista na Constituição.